Classes socioeconômicas, renda e conflito distributivo no Brasil 2002-2015: pistas a partir das pesquisas domiciliares (PNAD)

André Rego Viana¹
Luís Carlos Garcia de Magalhães²
João Cláudio Basso Pompeu3
Luiz Rubens de Câmara Araújo4

1. Introdução.

Este artigo tem por objetivo apresentar os achados preliminares sobre as mudanças na participação da renda entre as diversas classes da sociedade brasileira, construídas a partir de uma mapa de classe de extração neomarxista, baseado na localização ocupacional dos indivíduos (Santos, 2002).

Este trabalho procura contribuir com evidencias empíricas para a discussão da hipótese de Singer (2015, 2018), segundo a qual as políticas redistributivas adotadas nos mandatos presidenciais do Partidos dos Trabalhadores, implicando em políticas públicas que contribuíram para a diminuição da desigualdade de renda que se verificou desde meados dos anos 1990, "cutucaram onças com varas curtas" (cf. Gonçalves et alii, pg. 18). Ou seja, acirraram o conflito distributivo especialmente no mandato da Presidente Dilma Rousseff, em contexto econômico de estagnação da produtividade e do crescimento econômico. Dessa maneira, o pacto distributivista e a coalização que apoiou o reformismo fraco do Partido dos Trabalhadores, particularmente, a partir do governo Lula II foi erodido - embora não só por essa causa - pelo acirramento do conflito distributivo na estrutura de classes brasileira. Esse acirramento contribuiu para o ressurgimento, na expressão de Magalhães (2015), de um pacto antidistributivista com expressão política e capacidade relativa de veto ao retorno, ao menos em parte, das políticas econômicas e sociais dos governos do PT. Trata-se, portanto, de analisar, mesmo que preliminarmente, as forças sociais que suportaram o pacto antidistributivista e que atualmente tem capacidade de vetar, ao menos parcialmente, a retomada do reformismo fraco no novo ciclo de governo federal do Partido dos Trabalhadores.

¹ Técnico de Planejamento e Pesquisa da DIEST/IPEA

² Técnico de Planejamento e Pesquisa da DIMACIPEA

³ Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental lotado da DIEST/IPEA

⁴ Estatístico do IPEDF (ex-CODEPLAN/DF) e bolsista da DIEST/IPEA

O texto se inicia com uma breve discussão metodológica que pavimenta a discussão subsequente apresenta sinteticamente os principais achados do trabalho. A isto se segue um tópico apresentando a variação de rendas das classes ocupacionais com ênfase nas posições de rendas superiores e posteriormente discutem-se as evidências sobre as eventuais perdas dessas categorias socioeconômicas e suas consequências para o acirramento do conflito distributivo no período considerado. Por último os achados são rediscutidos numa conclusão onde se sintetizam os principais argumentos.

2.Método de classificação no mapa de classes ocupacionais

A classificação da população em grupos socioeconômicos, a partir dos códigos ocupacionais possibilitada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos permite com uma certa imaginação sociológica⁵ intuir os processos ocorridos dentro das classes sociais que compõe a sociedade brasileira, embora, por exemplo, a alta burguesia (capitalistas do núcleo oligopolista e rentistas) não esteja perfeitamente retratada⁶ em razão das limitações de captação da PNADs No outro extremo, o rendimento dos trabalhadores subempregados e do lumpesinato clássico também não são perfeitamente capturados e necessitaríamos de correções através de cruzamentos com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF-IBGE), . Contudo, devido à utilização de codificações diferentes, estas bases de dados (PNAD e POF) seguem desafiando os esforços de compatibilização de diversos pesquisadores.

Por outro lado, o recorte econômico, aqui largamente utilizada pela natureza própria dos dados, por vezes nos leva a um argumento reducionista que pode resvalar a um certo "economicismo" presente em outros trabalhos sobre o tema - por exemplo, Neri (2011). Para escapar a tais armadilhas e na melhor tradição sociológica, é necessário "lembrar esquecendo" e "esquecer lembrando" que, para além do substrato econômico, a constituição das classes sociais se dá pela vivência cotidiana onde fatores políticos, culturais e ideológicos são constituintes da possibilidade destas se identificarem como

⁵ Nos referimos aqui ao exercício de projetar o entendimento das estatísticas a partir do que C. Wright Mills (1980[1959]) descreveu em seu livro "a imaginação sociológica" como o fazer da sociologia clássica. Segundo o autor "a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografía e as relações entre ambas, dentro da sociedade.

⁶ Devido a sua natureza amostral e auto declaratória a PNAD não captura os rendimentos das classes superiores de forma plena como apontado pela literatura (Santos, 2002 e Ribeiro 2007, entre outros). Um ajuste demandaria uma correção com os dados da Receita Federal. Para um estudo mais detalhado sobre a renda das classes superiores no Brasil ver Souza (2018).

tais (a transformação do "sujeito em si" no "sujeito para si" na tradição marxista)⁷ e que as classes não são homogêneas tendendo a repartir-se em frações com pautas distintas e muitas vezes conflitantes entre si⁸. As categorias socioeconômicas aqui utilizadas, portanto, são constituídas por agrupamentos muitas vezes bastante heterogêneos e com visões de mundo que não necessariamente correspondem a sua função real nessa sociedade.

A dificuldade de compatibilização entre códigos ocupacionais distintos utilizados nestes levantamentos (POF e PNAD) também explica nosso recorte histórico de 2002-2015 (com a ausência do ano de 2010 quando foi produzido o censo). Tanto a PNAD Contínua que passou a ser coletada a partir de 2015, quanto a PNAD Anual anterior a 2002, fazem usos de códigos diferentes o que gera incompatibilidades que impedem, até o momento, o encadeamento da série histórica.

Nessa pesquisa, partimos do esquema original de Santos (2002; 2005), por sua vez baseado na abordagem neomarxista de Wright (1978, 1980, 1985, 1986, 1997, 2015), e inserimos o recorte da fração dos servidores públicos, do corpo dos quais destacamos os servidores públicos militares (bombeiros e policiais) pelo fato deles apresentarem uma trajetória distinta de suas rendas com relação às categorias socioeconômicas de origem. Apresentamos a seguir um quadro resumo das categorias socioeconômicas constituídas a partir das categorias ocupacionais utilizadas em nossa pesquisa conjugando os critérios operacionais⁹ bem como a discussão propositiva de Santos (2023) e uma descrição mais conceitual que permite ao leitor intuir a composição do grupo socioeconômico através de exemplos mais concretos.

Separando os servidores públicos de outros grupos (gerentes, supervisores, trabalhadores típicos, etc.), constatamos variações mais bem marcadas em termos das perdas relativas na participação da renda de importantes parcelas da população do setor privado, em especial de setores considerados como ocupações de "classe média"/pequena burguesia como veremos adiante.

-

⁷ Vide Thompson (1987)

⁸ Vide o clássico "18 de Brumário" de Marx (1978) ou os cadernos de Gramsci (2000) sobre o tema.

⁹ Para uma discussão mais detalhada da operacionalização da tipologia, ver Araújo (2023)

Quadro 01 - Categorias sócio-econômicas

	Cuadio o I - Cate	Quadro o I - Categorias socio-economicas	
Categorias	Critérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Capitalistas e fazendeiros	Posição na ocupação de empregador, empregador não agricola com 11 ou mais empregados; empregador agricola com 11 ou mais empregados permanentes; empregador agricola que emprega simultaneamente 6 ou mais empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários; empregador agricola com 1.000 hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados.	Classe de proprietários com a característica de serem empregadores/proprietários de grandes extensões de terras ou um maior número de empregados. Grau de riqueza contudo é bastante heterogênea e agrupa setores da bruguesia rural e urbana.	Superior/Privilegiada
Pequenos empregadores	Posição na ocupação de empregador, empregador não agricola que ocupa de 1 a 10 empregados; empregador agrícola com 3 a 10 empregados permanentes, desde que não empregados permanentes desde que não empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários.	Detentores de capital que geralmente trabalham lado a lado com seus empregados e realizam tarefas parecidas com as desses, mas beneficiandose da apropriação do trabalho excedente. Muitas vezes denominados de pequena burguesia ou lumpen-burguesia (Wright Mills).	Superior/Privilegiada
Conta-próprias não agrícolas	Posição na ocupação de conta própria com atividade de natureza não agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: Estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van etc.) usado para trabalhar ou ocupação qualificada no emprego principal.	Empreendedores individuais sem empregados e portadores de ativos de menor valor.	Média/ativos de menor. valor
Conta-próprias agrícolas	Posição na ocupação de conta própria com atividade em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.	Pequeno proprietário rural sem empregados. Camponeses com pequenas posses.	Baixa/ativos de menor '
Especialistas autoempregados ou autônomos	Posição na ocupação de conta própria ou empregador, especialista de acordo com o grupo ocupacional sem empregados; especialista de acordo com o grupo ocupacional com até 5 empregados; especialista de acordo com o grupo ocupacional com estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório); especialista de acordo com o grupo ocupacional sem estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório).	Uma das categorias consideradas como pertencentes às classes médias. Seu status é definido pelo emprego por conta própria ou empregador de até cinco empregados, podendo possuir ou não estabelecimento profissional (escritório, consultório, loja oficina). São individuos com um saber próprio diferenciado na sociedade ou que ocupam posição estratégica na divisão social do trabalho. Categoria onde se encontram grande parte dos chamados "profisionais liberais" como Médicos, advogados e dentistas)	Superior/Privilegiada
Gerentes	Posição na ocupação de empregado, gerente de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os diretores de empresas, dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, operações e de áreas de apoio.	Outro grupamento das Classes médias, tipicamente entendido como trabalhadres de colarinho branco, os gerentes são empregados inseridos em posições hierárquicas de comando/direção com delegação de autoridade por parte dos controladores onde podem tomar decisões no interesse da organização seja pública ou privada.	Superior/Privilegiada

Categorias	Critérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Empregados especialistas	Posição na ocupação de empregado, especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior.	Empregados, em atividades relacionadas às ocupações de "classes médias", caracterizados por profissões credenciadas, com escolaridade superior, também grupos semiprofissionais e professores do ensino médio e superior, bem como fiscais de tributação, arrecadação, peritos judiciais e outros oficias de justiça.	Média-alla/Privilegiada
Empregados qualificados	Posição na ocupação de empregado, empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores de nível médio ou formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, professores em educação física formação dos especialistas, e educação especial.	Tabalhadores com qualificações diferenciadas com relação aos trabalhadores típicos, mas sem que se caracterize a exclusividade da formação dos especialistas.	Média/Não destituídos
Supervisores	Posição na ocupação de empregado, supervisor, chefe, mestre ou contramestre de acordo com o grupo ocupacional.	Trabalhadores com posição de chefia inferior na indústria, comércio e serviços.	Média/Não destituídos
Trabalhadores típicos	Posição na ocupação de empregado, trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semi-rotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas.	Posição na ocupação de empregado, trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semi-rotina na operação e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina em serviços de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas.	Baixa/Não destituídos
Trabalhadores elementares	Posição na ocupação de empregado, trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, exclusive os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.	Classe operária e outros trabalhadores em atividades braçais, em geral de apoio à produção, limpeza geral e outras tarefas elementares vistas como socialmente inferiores.	Baixa/Destituídos de Ativos
Conta-próprias precários	Posição na ocupação de conta própria e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veiculo automotor Trabalhadores autônomos sem vinculo formal e destituidos de posses (taxi, caminhão, van etc.) usado para o trabalho ou ocupação qualificada interstícios do mercado de bens e serviços. do próprio consumo; posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.	Trabalhadores autônomos sem vinculo formal e destituidos de posses mínimas. Atividades considearadas socialmente inferiores realizadas nos interstícios do mercado de bens e serviços.	Baixa/Destituídos de Ativos
Empregados domésticos	Posição na ocupação de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada.	Trabalhadores domésticos, cuidadores, caseiros. Atividades sem possibilidade de progressão de carreira "dead end"e vistas como socialmente inferiores.	Baixa/Destituídos de Ativos

3. Variações da participação das classes socioeconômicas por grupos ocupacionais: evidências sobre a mobilidade social no período.

As categorias socioeconômicas que, grosso modo, correspondem às classes média e alta (empregados especialistas e especialistas auto empregados, seguidos por capitalistas e fazendeiros, gerentes, conta-próprias não agrícolas e pequenos empregadores) foram os que apresentaram a menor evolução relativa de suas rendas, durante o período 2002-2015.

Sempre lembrando que o grupo "capitalistas e fazendeiros" não captura a cauda superior da distribuição de renda dos capitalistas e grandes proprietários de terra, melhor descrevendo os ganhos da fração de rendas inferiores dessas categorias ocupacionais ou sendo largamente subestimadas, como também as rendas de outras ocupações de classe média. As distorções de rendas na PNAD em comparação às declarações de imposto de renda de pessoas físicas (DIPF) foram discutidas por Gobetti e Orair (2016) que apontam que "...embora os números da PNAD e DIPF sejam incrivelmente parecidos para o agregado de brasileiros que ganham acima de 3 salários-mínimos, eles são muito díspares se os compararmos para cada uma das faixas de renda que compõem esse agregado. Em resumo, a PNAD registra muito mais brasileiros recebendo entre 3 e 5 salários-mínimos do que o DIPF, enquanto a DIPF registra muito mais brasileiros recebendo acima de 20 salários-mínimos do que a PNAD. O que é uma forte evidência de que a PNAD subestima a renda dos mais ricos no Brasil, como ocorre em geral com pesquisas dessa natureza.

Para ser mais claro, a PNAD estima que em 2012 tínhamos 737.731 brasileiros em idade ativa recebendo uma renda superior a 20 salários-mínimos, mas o DIPF revela que este número é substancialmente maior e chega 2.284.165, três vezes mais. Além disso, adiantando algumas outras comparações, a PNAD indica que a renda média do 1% mais rico foi de R\$ 214 mil em 2012, mas os dados do DIPF estratificados por faixa de salário mínimo indicam que essa renda se situa entre R\$ 407 mil (1,5% mais ricos) e R\$ 816 mil (0,5% mais ricos) anuais — algo próximo a R\$ 600 mil. Estas estimativas são compatíveis com as de Medeiros et al. (2015), que encontram uma renda média de R\$ 552 mil na DIPF de 2012, utilizando dados ainda mais desagregados" (Gobetti e Orair, 2016. P11).

Neste sentido, a renda média de capitalistas e fazendeiros, que seria de esperar que fosse a categoria socioeconômica com a concentração dos brasileiros de maior renda nominal, no melhor ano (2012) de nossa série seria cerca de 156 mil reais (R\$ 14 mil x12). Esse grupo corresponde a cerca de 0,5% de nossa amostra e, em que pesem eventuais indivíduos com rendas superiores fora deste grupo, podemos comparar esse valor contra os R\$ 816 mil reais do grupo mais rico do IRPF como apontado no estudo citado e constatar que a renda média real do grupo deveria ser algo entre 4 ou 5 vezes maior.

O crescimento da renda média ocorrer num ritmo superior ao crescimento das rendas de capitalistas, fazendeiros e pequenos empregadores¹⁰ corrobora a avaliação de Magalhães (2015) de ocorrência de um *profit squeeze* neste período propiciado pelas políticas de distribuição de renda, em especial pelo crescimento do salário mínimo.

Por sua vez Saramago et ali (2018) sugerem que, a partir dos dados da World Wealth and Income Database, se de um lado "não há dúvidas entre os especialistas que os mais pobres tiveram uma melhora na sua posição relativa" [...] "Essa melhora se deu a despeito do aumento da fatia dos 10% mais ricos, que também aumentou no período [2001-2015][...] Os 1% mais ricos tiveram um crescimento ainda maior da sua renda relativa. Ou seja, o crescimento do peso relativo das duas pontas da distribuição se deu a partir da fatia dos 40% "do meio", fomentando o debate sobre a nuance distributiva verificada no período. "(Saramago et ali, 2018:2)

Por outro lado, os grupos mais favorecidos com a redistribuição de renda foram os trabalhadores elementares e empregados domésticos, seguidos por militares (bombeiros e policiais) e os conta-próprias precários. Enquanto trabalhadores típicos, servidores públicos e gerentes mantiveram sua posição relativa diante das alterações ocorridas incorporando os ganhos do crescimento econômico a suas rendas¹¹.

Embora as informações da PNAD com as quais trabalhamos apresentem limitações é consenso na literatura¹² que os dados são robustos. A PNAD capta o comportamento de parte relevante da População Economicamente Ativa (PEA) inclusive desempregados computados como trabalhadores excedentes na tabela 1. Algumas categorias não são perfeitamente classificáveis e são excluídas do modelo por Santos 2002. Ao adotar sua classificação mantivemos os critérios e, portanto, nos referimos aqui a uma "quase" PEA.

.

¹⁰ A retração da renda deste grupo após a crise iniciada no segundo semestre de 2014 indica quue esse processo pode ter se acentuado

¹¹ A apresentação gráfica de parte dos dados será feita ao longo do presente artigo.

¹² Santos 2002, Ribeiro 2007.

	Tabela 1 - Dis	tribuição do	número est	mado de pe	ssoas, por a	no de referê	ncia da PNA	Tabela 1 - Distribuição do número estimado de pessoas, por ano de referência da PNAD, segundo a tipologia de classe	tipologia de	classe			
•						4	Ano de referência	ncia					
	2002	2003	2004	2002	2006	2002	2008	5009	2011	2012	2013	2014	2015
ssificação por categoria ocupacional						Número esti	mado de pe	Número estimado de pessoas (em mil)	1)				
lis	84.402	86.035	89.535	92.921	95.222	96.083	98.194	806'66	99,905	101.122	102.347	105.636	104.780
pitalistas e fazendeiros	428	428	435	453	531	432	515	484	900	505	586	609	520
quenos empregadores	2.785	2.771	2.888	3.072	3.249	2.806	3.408	3.268	2.546	2.882	2.786	2.866	2.771
nta-próprias nao agrícolas	5.251	5.277	5.442	5.531	5.608	5.704	5.441	5.403	6.300	6.507	6.389	6.975	7.285
nta-próprias agrícolas	4.292	4.324	4.723	4.521	4.435	4.167	4.130	4.117	4.403	3.978	3.959	4209	4.230
pecialistas auto-empregados	767	827	786	822	868	869	808	1.022	1.087	1.177	1.152	1228	1.256
rentes	1.381	1.355	1.368	1.516	1.494	1.622	1.790	1.680	1.564	1.921	2.023	2.096	1.899
pregados especialistas	1.246	1.297	1.350	1.429	1.574	1.654	1.796	2.035	2.229	2.413	2.497	2.728	2.634
pregados qualificados	9.024	9.239	9.742	10.266	10.597	11.252	11.507	11.736	13.918	13.184	13.269	13.468	12.979
Servisores	988	832	943	1.095	993	1,137	903	887	911	982	944	950	880
balhadores típicos	14.285	14.736	16.040	16.311	17.175	17.657	19.564	19.136	19.818	21.260	21.657	21.758	20.090
balhadores elementares	7,486	7.537	8.212	8.155	8.401	8,369	8.650	8.544	7.870	8.047	7.769	7.754	7.437
nta-próprias precários	7.604	7.816	7.966	8.286	8.279	9.690	8.699	0.951	8.303	8.403	8.675	9.013	9.311
pregados domésticos	6.169	6.203	6.513	6.693	6.794	6.723	6.688	7.295	6.742	6.511	6.474	6.491	6.309
balhador de subsistencia	3.156	3.386	3.438	3.954	4.098	3.948	4.112	3.832	3.804	3.744	4.236	4.427	3.742
balhador excedente	10.966	11.371	10.678	11.654	11.509	11.027	9.854	10.941	8.773	8.394	8.578	9.535	12.187
vidores públicos	8.155	8.221	8.628	8.779	9.185	9.680	9.791	10.116	10.638	10.732	10.835	11.056	10.792
Gorontos (Func. Púb)	485	499	519	556	920	609	551	523	527	523	295	538	508
Empregados especialistas (Func. Púb)	1.053	1.073	1.103	1.144	1.339	1.387	1.516	1.791	1.921	1.998	2.070	2.208	2.175
Empregados qualificados (Func. Púb)	2.377	2.405	2.593	2.647	2.817	3.011	2.881	2.838	3.066	3.077	3.240	3.308	3.285
Supervisores (Func. Púb)	181	188	173	202	184	194	250	172	164	165	151	146	138
Trabalhadores típicos (Func. Púb)	3.243	3.252	3.367	3.325	3.416	3.510	3.626	3.872	3.975	3.971	3.909	3.968	3.853
Trabalhadores elementares (Func. Pub)	817	804	870	904	857	696	196	920	985	866	903	888	834
tares (Bombeiros e Policiais)	419	416	388	383	401	358	437	462	900	482	518	470	489
Gerentes Militares	32	27	35	32	37	9	27	36	43	44	48	42	92
Empregados qualificados Militares	2	2	-	-	2	e	හ	00	15	6	27	15	4
Supervisores Militares	73	90	65	7.2	62	63	42	95	107	102	128	122	135
Trabalhadores tipicos Militares	312	327	294	278	300	261	328	327	335	327	314	291	288
ite: PNAD Anual, elaboração dos autores.													

É importante ressaltar que para efeito de análise do recorte das classes socioeconômicas se parte das categorias ocupacionais da PNAD e são descartados os desempregados na medida em que é impossível saber a classe social ou grupo ocupacional ao qual pertencem. A renda analisada é a declarada para o trabalho principal (existem dados para todas as rendas, mas a diferença é desprezível uma vez que rendas de aluguéis e rendimentos financeiros tendem a ser sonegadas/não declaradas, bem como os rendimentos de "bicos" nas classes de rendimentos inferiores (Santos, 2002). É necessário, portanto, observar que o rendimento tanto dos mais pobres (em especial dos que tem empregos precários) quanto dos muito ricos são subestimadas (estatisticamente os realmente ricos, que compõem o 0,1% superior nas declarações de imposto de renda não aparecem nestas amostras, e mesmo o 1% é sub-representado como vimos acima)¹³.

Os estratos correspondentes ao que seria a burguesia clássica (seja financeira, capitalista ou mesmo latifundiária que só se pode identificar a partir dos dados do imposto de renda) têm suas rendas claramente subdeclaradas e estão misturados a congêneres menos aquinhoados, em especial no grupo de "capitalistas e fazendeiros" e nos "gerentes" de alto escalão. Além deles, o grupo com rendimentos superiores de nossa tipologia concentram o que se convencionou chamar de "pequena burguesia" e trabalhadores de "colarinho branco" na definição de Mills (1951) e é composto por "pequenos empregadores", "especialistas auto-empregados" (onde se concentram os profissionais liberais como advogados e médicos) e a classe de "gerentes" (ainda que esta seja bastante heterogênea e alcance também o serviço público, a média de rendimentos e sua função social de gestores do capital justifica sua classificação no estrato superior que será analisada no terceiro bloco)¹⁴.

O segundo grupo é composto pelos estratos superiores da classe trabalhadora, numa transição de funções de colarinhos branco e azul. Assalariados com carteira e vínculos

¹³ Pretendemos em trabalho futuro integrar esses dados da PNAD com os dados da POF e do IRPF para se obtera correção das subdeclarações de renda.

¹⁴ A discussão de como cada categoria socioeconômica é composta se encontra mais detalhada em Araújo et ali (2023). Nos utilizarem adiante da abordagem de Wright Mills para pensar a transmutação destas categorias em classes ou frações de classes sociais numa leitura de inspiração marxista seguindo também os passos de Paul Singer (1981).

formais "empregados especialistas"¹⁵, "supervisores", "empregados qualificados" e os "trabalhadores por conta-própria não agrícolas" que, em termos de renda se colocam acima do grosso dos trabalhadores.

Finalmente temos o grupo do proletariado e sub-proletariado clássicos, formado por "Trabalhadores Típicos", "Trabalhadores Elementares", "Conta-Próprias Precários", "Conta-Próprias Agrícolas" e "Empregados Domésticos".

Abaixo destes se encontram os "trabalhadores de subsistência" e os "trabalhadores excedentes" cujo volume de membros na sociedade brasileira faremos referência, mas cuja renda não poderemos analisar devido às limitações já apontadas em nossa base de dados.

O recorte dos "Servidores Públicos" foi aplicado nas categorias socioeconômicas de "Gerentes", "Empregados Especialistas", "Empregados qualificados", "supervisores", "trabalhadores típicos" e "trabalhadores elementares" enquanto o recorte de Servidores Públicos "Militares (Bombeiros e Policiais)" é encontrado nas categorias socioeconômicas de "Gerentes", "Empregados qualificados", "supervisores" e "trabalhadores típicos".

A população captada pela pesquisa PNAD e submetida à classificação por grupos socioeconômicos aqui adotada ("quase PEA") se expande de 84,4 para 104,8 milhões de pessoas (um crescimento de 24,1%) no período analisado.

A participação das categorias socioeconômicas de rendas superiores que, grosso modo, correspondem à burguesia e à pequena burguesia em nossa amostra apresentou crescimento ao longo do período estudado (indo de 9,69% da amostra em 2002 para 11,28% em 2015 após um pico de 11,66% em 2014). Chama a atenção um encolhimento relativo do grupo de pequenos empregadores (que em números absolutos se mantém relativamente estável na distribuição, tendo apresentado crescimento até o ano de 2008 e retrocedendo desde então). A categoria de capitalistas e fazendeiros também apresenta uma participação relativamente estável em torno de 0,5% da amostra. Cabendo à evolução

_

¹⁵ A rigor o rendimento dos empregados especialistas os coloca em termos sociais também como classe média/colarinho branco, mas os deslocamos para o segundo grupo por conta de se tratar de um trabalho subordinado e de natureza heterônoma, a exemplo dos demais grupos deste bloco e também para equilibrar a apresentação gráfica.

dos demais grupos a explicação da expansão aqui verificada, em especial o grupo de empregados especialistas (que, como explicado anteriormente, são analisados mais profundamente junto ao grupo de rendas médias). A ampliação do grupo de empregados especialistas da iniciativa privada é de 1,5% para 2,5% da amostra e os empregados especialistas no funcionalismo público também se expandem de 1,25% para 2,08% da amostra no período.

Junto com a pequena expansão do grupo de rendas altas, a ampliação do tamanho dos grupamentos superiores da classe trabalhadora parece confirmar a mobilidade social ascendente no período¹⁶ para essas classes socioeconômicas, provavelmente fruto da ampliação do número de pessoas com formação superior no mercado de trabalho (Saramago et ali, 2018). A soma destes grupos de renda média varia de 21,2% para 23,59% da amostra no período com destaque para a ampliação do grupo dos empregados qualificados de 10,7% para 12,4% da amostra.

Finalmente, a variação do número de trabalhadores nas categorias ocupacionais do proletariado e do subproletariado, usando a nomenclatura marxista adotada por Singer (1981), deixam também patente a mobilidade ascendente ocorrida no período. A participação dos trabalhadores excedentes e conta-próprias precários se reduz de 16,73% para 15,2% da "quase" PEA, tendo atingido um mínimo de 12% no ano de 2012. Mais importante é observar que o conjunto destes grupos de rendas baixas se reduz de 52,4% para 49,93% da amostra após atingir um máximo de 52,9% em 2012 e que esta redução se concentra nos grupos de pior remuneração. Empregados domésticos variam de 7,31% para 6,02% da amostra, enquanto trabalhadores elementares vão de 8,87% para 7,1% da amostra, sempre entre os anos de 2002 e 2015. Em contrapartida, os trabalhadores típicos (setor privado) se expandem de 16,92 para 19,14% do conjunto, tendo atingido um máximo de 21,16% no ano de 2013.

Em relação a renda por classe socioeconômica, deve-se ter em mente que a renda média mensal real para todos os grupos apresentou no período uma variação ascendente, embora, como reflexo de uma recessão, tenha apresentado uma ligeira retração entre 2002 e 2003, a média mensal passa a crescer atingindo um ápice em 2013/14 e diminuindo

¹⁶ Fenômeno em si amplamente registrado na literatura sobre o tema. Vide, entre outros, Neri (2011), Pochman (2012), Jannuzzi (2018) e Quadros (2017).

novamente desde então seguindo os efeitos de nova recessão. Chamaremos essa renda média mensal geral de Renda Média Brasil para efeitos de comparação com as diferentes rendas dos grupos ocupacionais, sempre em bases mensais e corrigida pela inflação salvo menção explícita em contrário. Portanto, é possível avaliar a dinâmica das remunerações e como estas se combinam com estas alterações da composição das categorias socioeconômicas.

Valor médio real estimado do trabalho principal
- Brasil

2.500,00

1.500,00

1.000,00

500,00

2.002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2011 2012 2013 2014 2015

Gráfico 1

Fonte: PNAD Anual, valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC, elaboração dos autores.

A variação entre 2002 e 2015, apresenta um ganho médio real de 28% após atingir um pico de 37% de ganho no ano de 2014. Essa é a baliza com a qual iremos comparar a evolução das rendas das diferentes categorias ocupacionais nas seções seguintes. A análise que se segue, contudo, será feita em detalhe apenas para os estratos superiores de renda devido à falta de espaço (contudo os interessados poderão ter acesso aos dados completos em capítulo de livro que será publicado pelo Ipea em breve).

As categorias mais beneficiadas pela política de valorização do salário mínimo foram os trabalhadores elementares (61,7%) seguidos de empregados domésticos (59,42%), conta-próprias precários (46,42%), e conta-própria agrícola (43,29%). Os trabalhadores típicos, por sua vez, observaram suas rendas evoluir grosso modo em conjunto com a média brasileira, registrando 27,3% de aumento.

Os grupos socioeconômicos de rendas médias apresentam, comportamentos distintos. De forma geral a participação destes se expande no conjunto da PEA, em que pese a redução das funções de supervisão. Por outro lado, ao se expandir, ao mesmo tempo que servem como espaço de mobilidade social ascendente para a população que vem de grupos socioeconômicos com rendas inferiores, a expansão das rendas se dá na maioria dos grupos ocupacionais abaixo da taxa de expansão da renda Brasil¹⁷, ainda que apenas os empregados especialistas da iniciativa privada (-8,21%) apresentem uma retração pronunciada a exemplo da ocorrida nos grupos ocupacionais com rendas médias maiores.

4. Variação das rendas das classes socioeconômicas de rendas superiores (burguesia e pequena burguesia) por grupo ocupacionais e conflito distributivo: evidências preliminares para o Brasil, 2002 a 2015

Essa seção apresenta e discute a evolução das rendas de classes socioeconômicas selecionadas por grupo de ocupação de forma a identificar quais classes apresentaram expansão ou contração da sua renda média no período considerado.

Os grupos que formam a burguesia e a pequena burguesia que correspondem aos grupos socioeconômicos de rendas superiores de nossa amostra tiveram um ganho de rendas inferior à média nacional no período de expansão econômica analisado se considerarmos apenas os dados da PNAD, como podemos observar no gráfico 2.

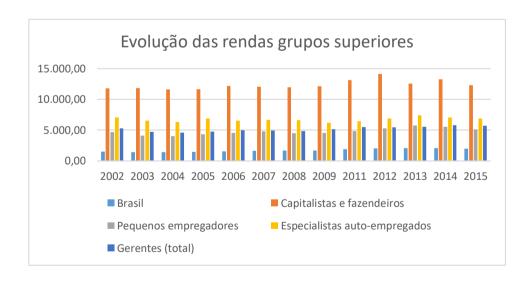


Gráfico 2

Fonte: PNAD Anual, valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC, elaboração dos autores.

¹⁷ Gerentes (8,3%), empregados especialistas do setor público (10,1%), empregados qualificados (20,3%), supervisores (35,8%). Variações sempre de 2002 a 2015.

Capitalistas e Fazendeiros

Tomemos inicialmente o pequeno grupo de capitalistas e fazendeiros (cerca de 0,5% da amostra). A renda média deste grupo era de R\$ 11.798,04 em 2002. Esta média se mantém praticamente estável nos três anos seguintes e passa a subir lentamente desde então, atingindo um máximo de ganho de quase 20% em 2012 (R\$ 14.118,23) para encerrar o período analisado em queda com um ganho de apenas 4,19% com relação ao valor inicial (R\$ 12.292,77).

Tais números contrastam com estudos de distribuição da renda que atribuem valores muito mais elevados aos grupos mais ricos no Brasil (mesmo considerando datasbases de correção pela inflação distintas). Esta remuneração corresponde a um terço, por exemplo, dos números que encontramos em estudos sobre desigualdade de renda como o da OXFAM (2017) segundo o qual "o 1% mais rico do País recebe mais de R\$ 40.000,00 por mês." (OXFAM, 2017: 22).

Os dados da renda corrigida pelo IRPF deixam claras as distorções apresentadas pela PNAD no grupo de rendas superiores. Em especial no grupo de capitalistas e fazendeiros (0,5% da população aqui analisada) onde se esperaria encontrar a concentração de renda mais ou menos equivalente à faixa superior e que, contudo, declara rendas na faixa de R\$ 13 ou 14 mil reais mensais, pouco acima do corte dos 10% mais ricos apontados por Souza (2018)¹⁸.

Devemos assim analisar as rendas deste grupo "com um grão de sal". Se comparado com o crescimento da renda média aqui estudada, esse grupo efetivamente perde participação relativa na renda (corroborando a tese de Hoffmann, 2017). O valor inicial da renda média deste setor era de 7,77 vezes a renda média da amostra. Esse valor se expande para 8,47 em 2003 e inicia uma trajetória cadente quase ininterrupta até o ano de 2015 quando a renda média deste grupo equivale a 6,28 vezes a renda média global da sociedade. Esse cálculo poderia ser feito em termos de salários mínimos com um

¹⁸ Partindo apenas dos dados da PNAD, Hoffmann (2017) conclui que "no Brasil, no período 1995-2013, ocorreu uma redução do grau de bipolarização da distribuição da RDPC, acompanhando a tendência de redução da desigualdade" (Hoffmann, 2017: 184) e assim nossos dados tendem a mostrar uma diminuição das rendas dos mais ricos em compensação à melhora dos mais pobres. Contudo, os dados de Souza (2018) sugerem que a conclusão de Hoffmann deve voltar à condição de hipótese e ser novamente testada com uma série ajustada pelo IRPF

resultado parecido. O que importa apontar aqui é a perda relativa, a sensação por parte destes indivíduos de que "correram para não sair do lugar". Nesse sentido a estagnação do crescimento a partir de 2012 atinge em cheio seus rendimentos declarados (redução da renda entre 2012 e 2015 é de 13% reais) e apontaria esse grupo como um dos grandes atingidos pela crise de 2014. Provavelmente essa é a realidade de médios e pequenos fazendeiros e industriais sem acesso a recursos do fundo público e sem reservas financeiras que permitam outros tipos de rendimentos compensatórios, mas esta realidade está longe de ser a do setor financeiro que apresentou lucros de grande monta¹⁹.

Constata-se assim, que é difícil analisar o real comportamento das rendas dos grupos mais ricos com base exclusivamente em nossa amostra. Para além disto, o núcleo burguês dos diferentes setores econômicos, reflete a heterogeneidade do conjunto da economia brasileira também em termos regionais. Portanto, a hipótese de Magalhães (2015) que analisando o comportamento dos empresários industriais aponta que "o resultado é que as políticas de defesa de renda, emprego e redução da desigualdade crescentemente enfrentam a oposição dos capitalistas industriais, que para combater essas políticas, formam um pacto *antidistributivista* com outras forças sociais" pelo menos para parte de nosso universo de pesquisa tende a ser correta (Magalhães, 2015: 29) .

Pequenos empregadores

O segundo grupo socioeconômico de rendas superiores são os pequenos empregadores, fundamentalmente pequenos comerciantes e donos de oficinas de serviços. Este setor, alcunhado por Mills (1956) de lumpen-burguesia é composto de detentores de capital que geralmente trabalham lado a lado com seus empregados e realizam tarefas parecidas com as desses, mas que se beneficiam, quando conseguem, da apropriação de trabalho excedente.

Este grupo apresentou uma variação ainda mais ampla em seus rendimentos iniciando o período com uma renda média de R\$ 4.676,58, perdendo cerca de 15% do poder de compra nos primeiros dois anos, retomando paulatinamente nos quatro anos seguintes, voltando a crescer no período 2009-2013 quando atinge o pico de R\$ 5.774,13 (pico de ganho de 23,47%) e recuando novamente nos anos finais da amostra para R\$ 5.093,78

_

 $^{19 \}qquad https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/02/lucro-do-itau-em-2013-e-o-maior-da-historia-dos-bancos-brasileiros.html$

(ganho de apenas 8,92% se observarmos o período de ponta a ponta). As variações nominais da renda escondem, portanto, uma perda constante de participação da renda destes indivíduos que começam o período com uma renda de 3,08 vezes a renda média nacional e a vê ser comprimida a 2,6 vezes desta mesma renda média. Para efeito de comparação o valor relativo perdido equivale ao rendimento médio de um trabalhador doméstico no ano de 2015. Em termos de números absolutos este grupo mantém um número relativamente estável de membros na casa de 2,8 milhões de pessoas, o que faz com que em termos relativos sua participação na quase PEA diminua de 3,3% para 2,6% no período estudado.

Assim, nos parece claro que o aumento do salário mínimo contribuiu para a redução da margem de lucros dos pequenos empregadores de forma ainda mais potente do que a verificada pelo setor industrial o que os leva a receber todo o peso do *profit squeeze* apontado por Magalhães (2015). Esta camada média, portadora também da ideologia do "orgulho empreendedor", vê-se permanentemente sob pressão e torna-se potencialmente não apenas caixa de ressonância do pacto *antidistributivista*, mas tende a se mobilizar ativamente para o combate a tais políticas.

Especialistas auto-empregados

O terceiro grupo socioeconômico de rendas superiores é formado pelos "especialistas auto-empregados" onde se encontram advogados, médicos e demais profissionais liberais, mas também a massa crescente de trabalhadores especialistas que perderam vínculos formais no mercado de trabalho e optaram (ou foram empurrados) para a sua transformação dos indivíduos em "Pessoas Jurídicas", a chamada "pejotização",. De fato, alguns são "patrões de si mesmos" enquanto que a maioria não passa de assalariados precários sem direitos, constituindo uma massa do que Antunes (2018) denomina de "escravo digital". Este grupo evolui de cerca de 800 mil indivíduos para 1,25 milhão no período com um crescimento de cerca de 64%.

Se por um lado o grupo se expande, por outro a renda média observada toma o sentido oposto em sua evolução. A renda média do grupo em 2002 era de R\$ 7.041,96 se contrai e apresenta variação em torno de uma média de R\$ 6.500,00 entre 2003 e 2012 para atingir um pico de R\$ 7.408,24 em 2013 e voltar a decair fechando o período em R\$ 6.864,64. Esta dificuldade de se apropriar de parcela do crescimento da renda e uma

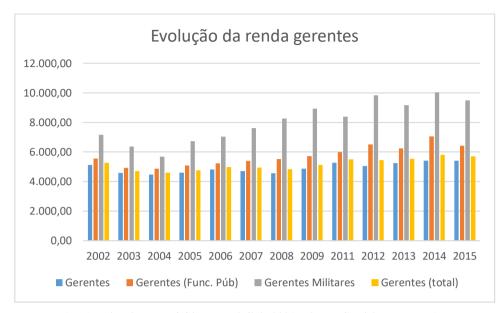
retração no final do período se torna dramática quando analisamos a trajetória com relação à média de renda nacional. Em 2002 esta era de 4,64 vezes a renda média e varia em torno disto nos 3 anos seguintes para então tomar um rumo descendente atingindo em 2015 uma proporção de 3,5 vezes a renda nacional. Para voltar à nossa comparação, a perda foi pouco mais de duas vezes a renda média de um empregado doméstico no final do período. Como ocorreu um forte afluxo de indivíduos para esta categoria, é possível que parte desta variação tenha se dado pela entrada de indivíduos com rendas menores que teriam trazido a média para baixo, mas a constatação geral é a de precarização de vínculos de trabalho de uma parcela dos empregados especialistas obrigados a migrar a essa nova situação sem que realmente tenham optado pela condição de empreendedores.

Temos assim mais um grupo que compõe as classes médias que assiste à distância entre os mais pobres e eles diminuir enquanto aumenta a concorrência com a entrada de novos especialistas no mercado de trabalho por conta da expansão do sistema de ensino superior. Não apenas isso, é um grupo social bombardeado constantemente pela lógica da sociabilidade neoliberal na qual grassam *coachs* e métodos milagrosos para a gestão de si mesmo como parte da "modernidade do mercado" rumo ao "sucesso". A promessa vazia do neoliberalismo como apontada por tende a fomentar mais um grupo onde o ressentimento se espalha ao passo em que a crise econômica comprime suas rendas (Dardot e Laval, 2016; Cardoso, 2021).

Gerentes

Finalmente o grupo de gerentes, que no agregado teve um ganho relativo de apenas 8% de suas rendas, deve ser analisado de forma desagregada entre o setor privado e o setor público, destacando-se também os rendimentos dos gerentes servidores públicos militares (Policiais e Bombeiros) como vemos no gráfico 3.

Gráfico 3



Fonte: PNAD Anual, valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC, elaboração IPEA.

Em termos numéricos a evolução do grupo de gerentes acompanha grosso modo o crescimento da PEA apresentando uma ligeira elevação na participação de 2,25% para 2,35% do total da amostra. O grupo se expande de 1,9 milhão para 2,45 milhões de indivíduos com ligeiras mudanças na composição. No início do período os servidores públicos representam 25% da categoria ocupacional e, apesar de um ligeiro aumento do número de funcionários públicos desta categoria ao longo do período, ao final estes representam apenas 20% do total de gerentes, enquanto os da iniciativa privada avançam de 72,8% para 77,3% do total do grupo socioeconômico.

A renda do conjunto do grupo de gerentes evolui em apenas 8,3% entre as pontas da amostra sendo que os ganhos dos gerentes na iniciativa privada são ainda menores, ficando em 5,7% ente 2002 e 2015²⁰. Os gerentes dentro do funcionalismo público têm suas rendas um pouco mais preservadas apresentando ganhos de 15,6% após um pico em 2014. E devemos destacar a pequena minoria dos gerentes militares, que, a exemplo do conjunto da categoria apresentam ganhos superiores aos de seus congêneres do setor privado e demais servidores públicos, terminando o período com um aumento de 32,6% (quase 5 pontos acima do ganho médio para o conjunto dos rendimentos da amostra total) e rendas médias 75% superiores a seus congêneres da iniciativa privada e quase 50%

²⁰ Como complemento devemos lembrar que parte da gerência superior das grandes corporações tem seus rendimentos subdimensionados.

superiores à média dos demais funcionários públicos. Se compararmos à evolução da renda média, os gerentes militares na prática mantêm a sua proporção de ganhos iniciando o período ganhando certa de 4,71 e encerrando com 4,84 vezes a renda média brasileira. Os gerentes funcionários públicos apresentam uma perda de 0,38 (de 3,66 para 3,28 rendas Brasil) e os gerentes da iniciativa privada perdem o equivalente 0,61 da renda média nacional (o equivalente ao ganho de um trabalhador elementar em 2015) apresentando uma variação de 3,37 para 2,76 múltiplos da renda média nacional.

Temos, portanto, mais uma categoria que se apropria de uma parcela reduzida do crescimento econômico do período na forma de suas rendas e cuja função social de gestora do capital com capacidade de mando sobre a força de trabalho carrega uma contradição econômica que pode se manifestar através de outras expressões sociais e políticas.

Vimos assim que todos os grupos de rendas superiores apresentam perdas relativas com relação à renda total da sociedade brasileira, com a exceção do diminuto subgrupo de gerentes militares. Embora tenhamos até aqui apontado alguns elementos que emergem da descrição dos dados faz-se necessário um balanço do processo como um todo à guisa de conclusão.

Conclusões provisórias

O período 2002 a 2015 foi marcado após uma recessão inicial, pelo crescimento econômico propiciado em parte pelo *boom* de *commodities*, mas fortemente calcado numa gestão anticíclica bem sucedida que possibilitou ao Brasil passar ao largo da crise econômica de 2008 disparada pelo colapso financeiro do *sub-prime* norte-americano, como fartamente apontado pela literatura²¹. Parte do crescimento brasileiro é atribuído também ao crescimento com distribuição de renda que teria se dado numa relação de "ganha-ganha" no qual todos os setores da sociedade teriam sido beneficiados por um processo virtuoso que se encerra no ano de 2013 (cf., por exemplo Singer, 2018). Contudo, como vimos, a transferência de renda ocorrida no período configurou claramente um processo de *profit squeeze* sobre a renda dos pequenos e médios empresários (Magalhães, 2015) que acabou por levar à situação descrita também por

²¹ Vide bons resumos do debate em Acioly e Leão (Orgs), 2011 e Magalhães (2015).

Singer (2015) no qual se "cutucaram onças com varas curtas". Mantendo esse pano de fundo devemos então observar os dados apurados.

Fica claro ao observarmos os dados aqui analisados que nos anos que vão de 2002 a 2015, e que correspondem grosso modo aos governos Lula e Dilma, em que pese a retração iniciada no ano de 2015 como reflexo da crise econômica, que este período foi marcado por uma forte expansão das rendas do trabalho que foi apropriada de forma desigual pelos diferentes grupos socioeconômicos. Os dados da PNAD não captam de forma apropriada os rendimentos das parcelas mais ricas da população, mas outros estudos indicam que ocorreu muito pouca perda de renda do 1% mais rico²².

O primeiro mandato de Dilma é marcado, além disto, pelo debate sobre a caracterização do estrato social ascendente formado por trabalhadores que aos poucos mudavam seus hábitos de consumo como reflexo das políticas que visavam a eliminação da miséria e adentrando numa franja de consumo que se aproximava à da classe média. De um lado tivemos a interpretação de Marcelo Neri (2011) que, a partir de uma visão pouco precisa do ponto de vista sociológico, entendia esse grupo como uma nova classe média entrando no limite inferior da chamada classe C. Essa interpretação recebeu crítica contundente de outro ex-presidente do IPEA (Pochmann, 2012) que preferiu denominar os segmentos que adentraram ao mercado de consumo como resultado das políticas de combate à miséria e apreciação do salário mínimo como nova classe trabalhadora. Contudo, por conta da forma como o debate foi veiculado na mídia uma certa confusão ideológica foi sendo gestada.

No presente estudo vemos claramente que o ganho de renda do período se distribuiu de forma desigual entre os grupos ocupacionais e que, embora apenas os grupos de empregados especialistas e especialistas auto-empregados apresentem uma variação negativa de rendas no período, os ganhos aferidos pelos estratos de renda superiores (em nossa tipologia os grupos ocupacionais associados à pequena burguesia ou classe média) foram bastante inferiores à expansão da média nacional, enquanto os grupos ocupacionais de rendas inferiores apresentou, em geral, ganhos superiores a esta. A distribuição de renda ocorrida em favor dos 25% mais pobres claramente se dá a partir dos 10% ou 15% da população de rendas superiores (que compõem a classe média tradicional e que não

²² OXFAM Brasil 2017, Saramago et ali (2018), Souza (2018).

podemos, contudo, entender realmente como ricos), excetuado o 1% mais rico de fato, cujas rendas principais não tem origem no trabalho e que não são corretamente captadas pela nossa base de dados.

Por outro lado, o aumento dos salários de empregadas domésticas e diaristas de todos os tipos representam uma pressão sobre as rendas dos grupos de rendas mais altas que são seus principais empregadores. Os dados indicam também, que ocorreu mobilidade do grupo de rendas baixas para o grupo de rendas médias e que, dentro do grupo de rendas baixas, ocorreu mobilidade de categorias ocupacionais pior remuneradas para outras de melhor remuneração, embora não tenhamos marcadores específicos na pesquisa para mapear tais mudanças de forma precisa.

Além disto, como apontou Waldir Quadros em entrevista em 2019, o processo de inserção de parcela da classe trabalhadora num sistema de ensino superior com baixa capacidade formativa através do FIES, criou a ilusão de que seria possível a parcela destes trabalhadores galgarem mais um patamar de ascensão social que não se concretizou, reforçando o sentimento de frustração de grande parcela desta classe trabalhadora "turbinada" que passa a se ver como nova classe média.²³

A variação dos ganhos de trabalhadores típicos e elementares tem óbvios impactos de custo para seus empregadores contribuindo assim para o processo de *profit squeeze* apontado por Magalhães (2015) e "Portanto, as políticas econômicas e sociais dos governos do PT, de defesa da renda, emprego e de combate da desigualdade passam a ser contestadas crescentemente por bloco social formado por grande parcela do empresariado industrial e

trabalhadores especialistas em nossa amostra: "Este é o cenário, mas há alguns agravantes: quando olhamos os **pobres ocupados** — classificados nas três categorias que mencionei —, observamos que existe uma grande parcela de trabalhadores com nível superior. Então, é assustadora a bomba-relógio que temos pela frente. Considerando os dados do quarto trimestre de 2018 da **Pnad Contínua**, é possível observar que dos 5,8 milhões de **ocupados** com ensino superior incompleto, 4,6 milhões são "**pobres**".

²³ A classificação por faixas de renda utilizada por Quadros (2019) em seus estudos difere da nossa, mas corresponde grosso modo à faixa de transição entre os trabalhadores típicos e os estratos dos

Mais grave ainda: 8,3 milhões de ocupados que estão classificados na categoria "pobres" têm ensino superior completo. Se juntarmos aqueles que têm ensino superior incompleto e aqueles que têm ensino superior completo, temos 12,9 milhões de trabalhadores "pobres" com nível superior. Isso significa confusão; esse pessoal não vai aceitar essa condição tranquilamente, porque eles foram fazer faculdade, boa parte pagando a mensalidade com o Fies, esperando uma melhora de vida, e agora não tem melhora." In https://www.brasildefato.com.br/2019/06/16/e-assustadora-a-bomba-relogio-que-temos-pela-frente-diz-economista-waldir-quadros/ acessado em 28/04/2022.

praticamente pela totalidade do mercado financeiro, que formam o núcleo duro do pacto antidistributivista. A adesão da classe média tradicional a esse bloco permite, potencialmente, a mobilização política de um contingente da população não desprezível em termos quantitativos" (Magalhães, 2015: 31).

Pudemos observar nos dados aqui analisados que mais do que isto, os setores das classes médias, em particular pequenos empregadores e empreendedores individuais (sejam especialistas auto-empregados, sejam contas-próprias não agrícolas), submetidos de um lado ao acicate do setor financeiro e do outro às políticas de combate à desigualdade e submetidos à doutrinação neoliberal nos termos de Dardot e Laval (2016), tenderam a se tornar ponta de lança do processo político e propensos a respaldar a radicalização que resultaria na eleição de um governo de extrema-direita em 2018.

Nossos achados empíricos corroboram, portanto, a hipótese apresentada por André Singer (2015) segundo o qual a política econômica dos governos petistas acabou por "cutucar a onça com vara curta". A estratégia do "ganha-ganha" se deu muito claramente em desfavor das classes médias tradicionais, em especial no momento em que a crise econômica se instala a partir de 2013 e reduz a lucratividade dos pequenos negócios além de corroer os ganhos das categorias assalariadas cuja renda não estava vinculada ao salário mínimo, dando combustível para que a crise econômica se transformasse em crise política.

Contudo, pudemos detectar que o movimento de "placas tectônicas", produzido pelo reformismo fraco, que levou à insatisfação de parcelas crescentes da sociedade não se restringiu aos setores típicos de classes médias, atingindo partes de outras categorias socioeconômicas e mesmo de parcelas de recém-entrados nos grupos de rendas médias e superiores tanto nos grupos de trabalhadores qualificados quanto de empregados especialistas e, em particular, entre os trabalhadores por conta-própria urbanos e especialistas auto empregados.

O fenômeno político, como esboçamos em diversas análises empreendidas ao longo do artigo, vai muito além do substrato econômico aqui retratado. Contudo, a análise dos dados aponta pistas para a elaboração de novas políticas econômicas que possibilitem uma melhor distribuição do crescimento econômico em futuros governos, em especial

com uma redução da pressão financeira dos grupos socioeconômicos que compõem as classes médias.

Bibliografia

ACIOLY, L; LEÃO, R. P.F. (orgs) Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo, São Paulo, 2018.

ARAÚJO, L. R. C. et ali Procedimentos Metodológicos utilizados para a construção da tipologia de classes adotada na pesquisa Dinâmica Econômica Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas, in POMPEU, J.C.B. et ali (Orgs) Dinâmica Econômica Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas, Brasília: IPEA, 2023.

CARDOSO, A.; PRETECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Estrutura, Mobilidade Social e Ação Política. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoiberal. Coleção Estado de Sítio. Boitempo, São Paulo, 2016.

GOBETTI, Sergio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. **Distribuição e tributação da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações fiscais das pessoas físicas.** Marcelo Medeiros, Fábio Ávila de Castro598Economia e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 2 (63), p.577-605, maio-agosto2018.In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43[Proceedings of the 43rd Brazilian Economics Meeting], n.024. [S.l.]: Anpec – Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], Anais... 2016a. Disponível em:https://ideas.repec.org/p/anp/en2015/024.html. Acesso em: 17 jun.2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** 6 Volumes. Editado por Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

HOFFMANN, R. **Medidas de polarização da distribuição da renda e sua evolução no Brasil de 1995 a 2013.** Economia e Sociedade, Campinas, v26, n 1 (59), p 165-187, abril 2017.

JANNUZZI, P.M. Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil; dos avanços civilizatórios pós-Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós-Gol de 2016. Anais do XXI Encontro Anual da ANBEP, Poços de Caldas, ANBEP, 2018.

MAGALHÃES, L.C.G. de **Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil.** Brasília, Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, 2015.

MARX, Karl **O 18 Brumário de Luís Bonaparte** *em Manuscritos econômico filosóficos e outros textos escolhidos*. Abril Cultural (Os pensadores), 2ª Ed., São Paulo.1978

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H.; CASTRO, F. A. (2015) **O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares** (2006-2012). DADOS — Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 1, 2015, pp. 7-36.

MILLS, Charles Wright **The Power Elite.** Oxford University Press, New York, 1956.

______, _____ White Collar: the american middle classes. Oxford University Press, New York, 1951.

______, _____ A Imaginação Sociológica. Rio de Janiero: Zahar Editores, 1980 [1959].

NERI, M. **A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OXFAM Brasil **A Distância que nos Une: um retrato das desigualdades brasileiras.** OXFAM Brasil, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em www.oxfam.org.br

POCHMANN, M. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POMPEU, M. et ali. **Tipologias de estrutura de Classe no Brasil: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas.** Texto para Discussão 2592, Ipea Brasília, 2020.

QUADROS, W. J. **PNAD 2015: O retrocesso se explicita**. Texto para Discussão. Campinas IE da Unicamp, n286. Fev. 2017. Disponível em https://www.cesit.net.br/pnad-2015-o-retrocesso-se-explicita/ acessado em 10 de abril de 2022.

RIBEIRO, C. A. C. Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil. Bauru: Edusc, 2007.

SARAMAGO, H.A.; Fritas F.N.P.; Medeiros C.A. **Distribuição funcional da renda:** aspectos conceituais e metodológicos e uma análise de decomposição para a parcela salarial no Brasil (1995-2015), 23° Encontro Nacional de Economia Política, Niterói, RJ, 2018.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura e posições de classe no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

______, _____ Fundamentos e Aplicações de uma Tipologia de Classes para o Brasil, in POMPEU, J.C.B. et ali (Orgs) Dinâmica Econômica Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas, Brasília: IPEA, 2023 (no prelo).

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual**. 2022 disponível em https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/ consultado em 10/10/2022.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas - O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 34, n. 2, 2015.

_____, ____ Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Cia das Letras, São Paulo, 2012.

______, _____O Lulismo em Crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Cia das Letras, São Paulo, 2018.

SINGER, P. Dominação e Desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.